

A CÉLULA *MATER* DA COMPOSIÇÃO MUSICAL E SEUS TRAÇOS GENÉTICOS: UMA ANÁLISE SOBRE OS DOCUMENTOS MUSICAIS

The mater cell of musical composition and its genetic traces: an analysis of musical documents


Ana Claudia Medeiros de Sousa


Universidade Federal da Bahia, Departamento de Documentação e Informação, Salvador, BA, Brasil
ana.violista@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002--5478-1813> 

Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira

Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Ciência da Informação
João Pessoa, PB, Brasil
bernardinafreire@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-6836-3102> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

Objetivo: Este estudo tem como objeto de análise o documento musical, com o objetivo de evidenciar se a criação musicográfica pode gerar outros documentos interligados em si por uma célula *mater*, estando cada documento atrelado ao contexto sociocultural em que foi produzido.

Método: Trata-se de uma pesquisa descritiva e documental de natureza qualitativa, em que foi adotado o método indiciário, que direcionou o levantamento de informações significativas para o estudo.

Resultado: Como resultados, foram evidenciados que a criação musical quando registrada pela primeira vez, surge sua célula *mater*, que poderá se multiplicar e/ou subdividir, tanto na perspectiva do documento quanto da informação. A respeito da informação, da célula *mater* poderá surgir arranjos, edições, adaptações que são consideradas neste estudo como ramificações da composição original da obra. Quanto aos documentos, uma partitura pode subdividir em partes que apresentam trechos de instrumentos musicais específicos.

Conclusões: Conclui que a concepção de célula *mater* na criação musical pode contribuir para que os profissionais da informação possam aprimorar os processos relacionados ao tratamento dos documentos musicográficos, evidenciando os aspectos socioculturais em que o documento e suas ramificações foram produzidos.

PALAVRAS-CHAVE: Documento musical. Informação musical. Partituras. Documentos musicográficos.

ABSTRACT

Objective: This study has as its object of analysis the musical document, with the objective of showing whether the musicographic creation can generate other documents interconnected by a mater cell, each document being linked to the sociocultural context in which it was produced.

Methods: This is a descriptive and documentary research of a qualitative nature, in which the evidentiary method was adopted, which directed the collection of significant information for the study.

Results: As a result, it was evidenced that musical creation, when recorded for the first time, appears its mater cell, which can multiply and/or subdivide, both from the perspective of the document and the information. Regarding information, arrangements, editions, adaptations may arise from the mater cell, which are considered in this study as ramifications of the original composition of the work. As for documents, a score can be subdivided into parts that present excerpts from specific musical instruments.

Conclusions: It concludes that the conception of the mother cell in musical creation can help information professionals to improve the processes related to the treatment of musicographic documents, highlighting the sociocultural aspects in which the document and its ramifications were produced.

KEYWORDS: Musical document. Music information. Scores. Musicographic documents.

1 INTRODUÇÃO

Informações e documentos são produzidos em dado espaço temporal, cultural e permeiam as atividades cotidianas dos sujeitos, contribuem com o processo dialógico, possibilitam o alcance de acordos sociais, como também promovem a disseminação e a produção de conhecimentos e de traços culturais.

Como a informação, a produção musical e seus registros também estão associados ao contexto e às práticas sociais que rodeiam o sujeito produtor. Para Merriam (1964) a música é elaborada socialmente, a define como som, conceito e comportamento. O autor cita que, durante muito tempo, para entender a música, estudiosos concentraram suas pesquisas na estrutura de som, com isso, negligenciaram o contexto antropológico e cultural do objeto investigado. Diante disso, compreende-se que a produção da informação e de documentos provenientes das práticas musicais revelam indícios capazes de levar os sujeitos leitores a compreenderem os aspectos de cultura, tais como os contextos geográfico, temporal e etnográfico do compositor.

Ao analisar uma obra musical deve-se considerar o contexto sociocultural em que foi produzida, pois como julga Kerman (1987, p. 229) “[...] o aspecto sonoro e o aspecto cultural da música são indissociáveis”. Diante disso, a música é compreendida como um fenômeno cultural, em que cada grupo social tem suas concepções e práticas constituídas e contextualizadas em um sistema cultural.

A informação musical quando registrada, é materializada no documento conhecido como musicográfico, por registrar traços específicos desse fenômeno, a partir do registro da notação musical. O campo da Ciência da Informação busca tratar “[...] a música como informação, e não somente como expressão de arte, passível de ser preservada, armazenada, representada, catalogada, disponibilizada, intercambiada e recuperada de maneira similar ao que já ocorre com as demais informações textuais e grafias registradas.” (PACHECO, 2009, p. 14). As informações e documentos provenientes das práticas musicais são de interesse de pesquisadores e profissionais da informação com vistas a compreender os aspectos inerentes aos processos de tratamento e disseminação desses documentos, fato que requer um aprofundamento no entendimento sobre sua produção, grafia adotada, gênero, espécie, etc.

Os documentos musicais são classificados por Sotuyo Blanco (2016), como: os relativos à música, que são aqueles que apresentam qualquer aspecto e grau de relação com ela; os musicais, aqueles que têm informação musical em alguma de suas dimensões;

e os musicográficos, que descrevem em caracteres os sons musicais, também conhecidos como partituras.

Quanto à produção musicográfica, quando transcrita, tem, em sua primeira criação, a produção de um documento. Mas, se essa música for alterada, com arranjos, adaptações ou edições, irá produzir outros documentos. Diante do exposto, o objeto de análise desta pesquisa é o documento musicográfico, cujo objetivo foi o de evidenciar que a criação musicográfica pode gerar outros documentos interligados em si por uma célula *mater*, estando cada documento atrelado ao contexto sociocultural em que foi produzido.

De acordo com Café e Barros (2018, p. 317) “A informação musical é um tema de pesquisa complexo e de grandes potencialidades. A riqueza de prismas pelos quais o pesquisador pode se aproximar deste objeto de pesquisa determina sua escolha pelo método que melhor se adequa as finalidades investigativas.” Em vista disso, esta pesquisa se configura como descritiva e documental, com abordagem qualitativa.

A respeito da adoção de método de pesquisa, escolheu-se o paradigma indiciário, que direcionou o levantamento de informações, por meio do qual se pôde identificar informações significativas para o alcance do objetivo proposto. A análise dos dados foi realizada a partir da sequência de significados dos elementos que compõem o documento musicográfico, assim, foi dada atenção aos aspectos qualitativos dos indícios informacionais, com o intuito de propiciar significação aos elementos constituintes da composição musical e suas ramificações.

Nessa conjuntura, ao refletir sobre a concepção de célula *mater* do documento musicográfico, este estudo toma como base os pensamentos de Marteleto (1995), Merriam (1964), Dodebei (1997) e Sousa (2018) sobre a necessidade de analisar a informação e sua materialização em uma perspectiva sociocultural, que requer uma leitura antropológica, considerando os aspectos simbólicos que a informação e seus dispositivos podem revelar de determinado contexto cultural.

1 INFORMAÇÃO E DOCUMENTO

O sujeito se apropria e produz informações em meio as suas experiências, práticas e formas de subsistir e de se socializar, que resulta na produção e no acúmulo de documentos que subsidiam o compartilhamento e o desenvolvimento de novos saberes. Burke (2008) chama à atenção para o tratamento e o uso das fontes de informação, uma vez que a significação de dado objeto é determinada pelas relações e o contexto

socioculturais em que foi produzido. Nesse ponto é válido citar o papel do profissional da informação ao realizar uma leitura técnica do documento, já que essa será determinante para a escolha do tratamento, organização, classificação, preservação e disseminação da informação que o documento registra.

Nessa perspectiva, a Ciência da Informação desenvolve pesquisas que investigam práticas, processos e fluxos informacionais, seja em contexto físico e/ou digital, em que têm apresentado como resultado alguns aspectos teóricos, conceituais e epistemológicos da informação, conforme defendem Silva e Gomes (2015, p. 145) ao afirmarem que

A informação na contemporaneidade tem conquistado efetivos espaços entre indivíduos, grupos sociais, empresas e sociedade de forma mais ampla, sendo inegável sua relevância. Porém, a complexidade, variedade de conceitos e ocorrências da informação no contexto cotidiano e técnico-científico têm promovido uma diversidade de significados que dificultam a construção de sentidos mais consistentes. Isso implica na afirmação da importância de se conceber estudos sobre a informação em seu contexto social e epistemológico, visando a ampliação da discussão e compreensão acerca de alguns dos seus significados.

De acordo com os autores, os conceitos de informação provenientes das pesquisas da Ciência da Informação, transparecem diversidade perceptiva, uma vez que irão refletir o contexto de atuação dos pesquisadores, em que esses irão se dedicar a formulação de conceitos de cunho: epistemológico, que se fundamentam na teoria do conhecimento científico; técnico, relacionado às atividades pragmáticas da Ciência da Informação ou humanos/sociais, que são vinculados às práticas humanas, como por exemplo, os usuários da informação (SILVA; GOMES, 2015). Nesse sentido, a Ciência da Informação tem subsidiado, por meio de suas pesquisas, o alcance da compreensão da informação, e conseqüentemente, propiciado o aprimoramento dos processos informacionais.

A produção e o acesso à informação são necessários para o fluxo cotidiano das atividades e das relações da sociedade, a atribuição de sentido será contextualizada em um ambiente sociocultural e em um dado tempo histórico. Freire (2006) defende algumas condições básicas para a informação, a saber: ambiente social, agentes e canais. Para o referido autor, o *ambiente social* possibilita a comunicação de informação, “Ele decorre do impulso primeiro, arquetípico que nos levou como espécie à necessidade de materializar o pensamento em uma mensagem dirigida a um semelhante, um movimento primordial de transmissão da informação.” (FREIRE, 2006, p. 20). Quanto aos *agentes*, o autor supracitado diz que eles interagem por meio do processo dialógico, com isso, tanto

produzem e consomem informações quanto transmitem os estoques de informação, em um processo contínuo. Sobre os *canais*, Freire (2006, p. 20) explica que esses “[...] estão relacionados aos meios por onde as informações circulam. Os agentes produtores de informação escolhem os canais mais adequados para circulação da sua informação [...].”

Nessa conjuntura, entende-se que a informação é produzida, consumida e transmitida em meio a um contexto sociocultural, por agentes que a utiliza como recurso necessário para o desenvolvimento de suas atividades, fazendo uso de canais que materializam, de maneira tangível ou intangível, as informações.

Campos e Oliveira (2020, p. 453) compreendem que “A informação assume caráter complexo, interdisciplinar se encaixando e se difundindo em canais de informação e comunicação.” Essa reflexão dos autores reforça o entendimento de que o acesso, o uso e a produção de informações se dão em meio aos diversificados canais e as redes de comunicação pertencentes aos ambientes socioculturais.

Marteleteo (1995), ao analisar a informação a partir de uma visão social e cultural, defende que

Na leitura antropológica da informação, seu processo de construção como objeto só se complementa, quando se levam em conta, concretamente, tanto as estruturas materiais e simbólicas de um dado universo cultural, quanto as relações, práticas e representações dos sujeitos cada vez mais mediadas por um modo informacional e competente de ser e estar em sociedade. (MARTELETO, 1995, p. 7).

Ao investigar o objeto informação é necessário considerar os valores simbólicos que ela possui, pois está entrelaçada a determinado contexto sociocultural, no qual é produzida, compartilhada e ressignificada.

A qualidade e a autenticidade das fontes de informação, como também os processos mediacionais e dialógicos são aspectos que devem ser cuidadosamente analisados pelos profissionais da informação para garantir a disseminação e apropriação da informação materializadas em diversificados gêneros documentais, uma vez que o sujeito produz vestígios informacionais em diferentes fontes, que revelam práticas socioculturais, e em alguns casos, carregam traços de memória e identidade de seus produtores.

A produção e a preservação de documentos de um grupo social constituem o referenciamento, através de artefatos de crenças, valores e ideologias, que são ancorados à concepção de cultura e podem alterar de acordo com o contexto, a região e o período em que os atores sociais vão dando forma às características que compõem suas identidades e memória cultural. Assmann (2011) compreende que a memória cultural é protegida em

canais/fontes que armazenam conhecimento e superam épocas. Por isso, a necessidade de salvaguardar os documentos provenientes das diversas atividades humanas, posto que eles podem se constituir canais/fontes de memória e serem capazes de revelar traços representativos de seus produtores.

Para Dodebei (1997, p. 174-175) o documento é “[...] uma representação, um signo, isto é, uma abstração temporária e circunstancial do objeto natural ou acidental, constituído de essência (forma ou forma/conteúdo intelectual), selecionado do universo social para testemunhar uma ação cultural.” O documento registra informações que versam sobre o ‘universo social’, assim, os mais diversos temas que circundam a vida humana, estão materializados em diferentes fontes informacionais.

O documento é um produto do ‘universo social’ que contribui com o processo de comunicação entre os sujeitos, materializam informações e possibilitam a transmissão e construção de conhecimentos. Os gêneros, espécies e tipologias documentais vem sendo determinadas pelos acordos sociais e aprimoramentos tecnológicos. A informação registrada no documento possibilita a transmissão de conteúdos que permeiam os fazeres cotidianos da sociedade, suas configurações e funções vão se modificando de acordo com a dinamicidade e comportamentos sociais, contudo, independentemente de sua forma, alguns aspectos são necessários para validação de um documento, tais como a autenticidade, integridade, confiabilidade etc., que serão capazes de legitimar a informação que ele registra.

Dentre os documentos produzidos em meio as práticas sociais estão aqueles que advém das atividades musicais. De acordo com Santini e Souza (2007, p. 6) “As obras musicais obtêm forma documentária em uma variedade de instanciações (o som de uma determinada performance, a representação em uma partitura impressa ou a gravação digital produzida em estúdio).” Todas essas variedades de instanciações são possibilidades de registro da informação musical, e independente de sua forma/gênero, possibilita a transmissão da concepção intelectual e artística do sujeito produtor, pois como defende Smiraglia (2002) todo recurso informacional apresenta tanto atributo físico quanto intelectual, em que o primeiro é a materialização do segundo.

O documento de interesse deste estudo é o proveniente das atividades de compositores, conhecidos como musicográfico ou partitura. Sobre o aprimoramento da escrita sonora e seu registro em documentos, Gomes (2017, p. 2) comenta que

[...] somente a partir do século XI, com o Monge beneditino Guido D'Arezzo (900-1050) que, de fato, elabora-se uma notação musical precisa com a invenção do tetragrama enquanto meio de registrar as alturas sonoras e, portanto, produzir os registros musicais. Sendo assim, com a grafia do som, um novo tipo de documentação surge, de modo que a música passa a ser entendida não somente enquanto som, mas também enquanto registro documental.

A partir da grafia do som registrada em documento ampliou-se as possibilidades de transmissão da informação musical por meio de um gênero documental específico. As informações registradas no documento através da notação musical são capazes de representar e contextualizar o 'universo social' em que foram produzidas.

No contexto da organização e representação da informação, Pacheco e Alvarenga (2012) têm se debruçado sobre a funcionalidade dos modelos conceituais¹ na disseminação e recuperação de documentos musicais. As referidas autoras ao analisarem o uso do título uniforme no processo de catalogação de documentos musicais e a aplicabilidade do *Functional Requirements For Bibliographic Records* (FRBR), confirmam que é possível “[...] identificar de forma unívoca uma mesma obra musical [...] [como também] várias novas manifestações que podem dar origem a versões significativamente diversas da criação original que lhe deram origem [...]” (PACHECO; ALVARENGA, 2012, p. 2).

Os modelos conceituais subsidiam o embasamento necessário para formulação de diretrizes para descrição bibliográfica de documentos. Para tanto, apresentam entidades, atributos e relacionamentos que podem potencializar os processos de recuperação e uso da informação. Quanto à noção de obra e seus desdobramentos, por exemplo, o FRBR aponta para as diversificadas possibilidades de expressões e manifestações que uma mesma obra pode configurar.

Neste ponto é importante ressaltar que este estudo não toma como base os modelos conceituais com suas entidades, em que dada *obra* pode se apresentar em diferentes *expressões* e se materializar em diversificadas *manifestações*. Esta pesquisa versa sobre a produção da informação e de documentos em uma perspectiva social e cultural (MARTELETO, 1995), com o propósito de destacar o contexto sociocultural em que os documentos musicais foram produzidos. Portanto, a reflexão aqui apresentada está fundamentada nos pensamentos de Merriam (1964) que a música é elaborada socialmente e de Dodebei (1997) de que o documento é selecionado de um 'universo social', uma vez

¹ São modelos conceituais do universo bibliográfico: *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR), *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD) e *Functional Requirements for Subject Authority Data* (FRSAD). Esses foram consolidados no *IFLA Library Reference Model*.

que a música como um fenômeno sociocultural, se configura um dispositivo capaz de revelar os traços característicos de seus produtores.

3 PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO DOCUMENTO MUSICAL

Merriam (1964) defende que a música vai além de som, ao apontar que ela contribui para que o indivíduo manifeste sua percepção e concepção de mundo, através da sensibilidade artística. A partir dessa reflexão, entende-se que a música é uma fonte de informação, em que os sujeitos produzem e consomem informações que são alinhadas aos traços socioculturais dos produtores.

Stone (2008) concorda com o pensamento de Merriam (1964) quando refere que “[...] a performance da canção pode caracterizar uma cultura em termos de elementos estruturais básicos, tais como complexidade e nível de subsistência, estrutura política, complementaridade e costumes sexuais.” (STONE, 2008, p. 8, tradução nossa). Ou seja, com a música o sujeito produz informações que transparecem sua percepção de mundo, ao expressar através da música, textos e melodias que versam sobre sentimentos, condições sociais, ideologias, crenças etc., assim, a música é uma significativa fonte de informação que integra o processo comunicacional dos sujeitos.

A música está presente em diferentes contextos da sociedade e sua representação está atrelada ao sentido que os sujeitos atribuem a ela. Por isso a relevância dos acervos de documentos musicais, que em alguns casos são considerados bens patrimoniais, pois salvaguardam e disseminam os itens documentais que são carregados de aspectos identitários simbólicos de seus produtores.

Os documentos musicais são todos aqueles relacionados às atividades de música. Sotuyo Blanco (2016, p. 74) defende que “[...] pode-se encontrar música em diversas fontes documentais, tais como textuais, sonoras, iconográficas, audiovisuais e musicais [...]”. Nesse sentido, os diferentes suportes informacionais de registro musical acarretam dificuldades tanto no âmbito do tratamento documental quanto no processo de recuperação da informação por parte do usuário.

Entende-se que é preciso um trabalho colaborativo com profissionais da área de música e da área da documentação. Ainda a respeito da falta de conhecimento especializado sobre a temática em questão, Assunção (2005) discorre que, sem conhecimento mínimo do documento musical, os esforços dedicados ao tratamento e à organização da documentação parecem estar equivocados. A autora assegura que

A documentação musical continua a ser considerada por bibliotecários e arquivistas como um domínio fechado de músicos e musicólogos, e as técnicas documentais continuam a ser consideradas pelos musicólogos como complicações inúteis de tecnocratas. Uns e outros estão errados (ASSUNÇÃO, 2005, p. 7, tradução nossa).

Assim, o trabalho realizado com a colaboração dos profissionais das duas áreas resulta em um tratamento, uma organização, um armazenamento e uma recuperação da informação musical de excelência. Isso contribui com o processo de descrição documental considerando-se os dados específicos relacionados à música. Se, no processo de catalogação/descrição dos recursos musicais, alguns atributos forem descritos de maneira equivocada, isso poderá silenciar dados preciosos, que são fundamentais para as tarefas do usuário de encontrar, selecionar, identificar e adquirir o item. Faria (2009, p. 2) compreende que, nesse processo, “[...] os conhecimentos do profissional da informação e do músico são igualmente necessários.” Essas questões relacionadas aos documentos musicais necessitam ser mais discutidas pelas áreas de interesses, uma vez que os acervos musicais refletem a produção musical e cultural de um dado contexto e/ou região.

Nesta perspectiva, faz-se necessário os profissionais da informação dedicarem esforços para avançar nas questões peculiares que os acervos de documentos musicais demandam, porque, além da especialidade da área, as fontes de documentos musicais são diversas e têm características intrínsecas. A respeito da organização dos documentos musicais nos arquivos e nas bibliotecas, Sotuyo Blanco (2016, p. 74) cita que

Na maioria das vezes, eles não são reconhecidos (nem definidos) como tais. São ‘reduzidos’ a documentos textuais ou sonoros (vinculados ou não a imagens fixas ou em movimento) e assim dissociados, sem a devida compreensão da sua ontologia, sua tipologia ou do seu vínculo intrínseco.

A partir dessa reflexão, entende-se que os documentos musicais requerem um tratamento que contemple suas peculiaridades, para que assim, esses possam ser organizados, preservados e disseminados, de maneira que, subsidie a compreensão e apropriação das informações que tais documentos registram, e com isso, satisfazer a necessidade dos usuários.

Em se tratando da guarda e da preservação das fontes de informação musicais, de maneira majoritária, bibliotecários, arquivistas e museólogos foram responsáveis pela conservação dos documentos criados ao longo da história. Tal iniciativa possibilitou o

acesso à produção de diversos artistas e viabilizou a concentração de coleções de obras musicais, algumas das quais, ao longo do tempo, passaram a ser de domínio público, enquanto outras são consideradas obras raras. Isso confirma a afirmativa de que o arquivo e a biblioteca são espaços de memória e guardiões das produções intelectuais e artísticas da humanidade.

Sotuyo Blanco (2016, p. 78) entende “[...] a informação musical como aquela que emana tanto da dimensão fenomenológica da música (materializada em registros sonoros e audiovisuais) quanto de sua dimensão linguística e semiológica (materializada nos registros em notação musical).” A partir dessa compreensão, o autor classifica os documentos musicais em: relativos à música (os que dizem respeito à música, em qualquer um dos seus aspectos e graus de relação com ela); musicais (os que contêm informação musical em alguma de suas dimensões); e musicográficos (que descrevem em caracteres os sons musicais).

Os documentos musicográficos, que são objeto de análise desta comunicação, referem-se a notação musical, ao “[...] pôr em caracteres próprios os sons musicais” (SOTUYO BLANCO, 2016, p. 79). O documento musicográfico é constituído por um pentagrama, linhas em que serão representadas - com o uso da notação musical - as informações necessárias para execução de uma música por maestros, instrumentistas e cantores.

Pacheco (2016, p. 73) explica que as partituras “[...] possuem tipos e tamanhos diferenciados, com características próprias e representam as diferentes manifestações das expressões de uma obra.” A partir do registro de uma composição em um documento musicográfico, dele podem ser produzidas outras partituras, que com base na obra original são elaborados arranjos, excerto etc.

Sobre a produção da composição musical Copland (1974) aponta quatro elementos essenciais, são eles: o ritmo, a melodia, a harmonia e o timbre. Segundo o autor, como o artesão necessita de seus materiais para criar sua obra de arte, esses quatro elementos são a matéria-prima para o compositor na elaboração da música.

Quanto à produção de documentos musicais, especificamente a composição musical, quando transcrita, tem, em sua primeira criação, a produção de um documento. Mas, se essa música for alterada, com arranjos, adaptações ou edições, irá produzir outros documentos. Isso significa que uma composição transcrita em um documento pode gerar outros interligados em si por uma célula mater da criação intelectual/artística. (SOUSA, 2018, p. 22).

Com base na autora, uma vez registrada a composição em um documento, dele poderão surgir outros, tanto perspectiva do documento pela divisão da instrumentação, quanto pela ótica da informação com os arranjos e adaptações que podem ser produzidos.

Para Castagna (2019, p. 24) documento musicográfico é aquele que apresenta “[...] informação codificada dos sons, gestos ou expressões de uma determinada obra por meio de qualquer tipo de grafia ou notação musical.” O documento musicográfico, além de registrar as notas musicais em pentagrama com signos que indicam as dinâmicas, andamentos e intenções que o instrumentista deve executar em sua performance, materializa aspectos socioculturais de seus produtores/compositores, tanto os gêneros e os estilos musicais quanto os traços culturais, temporais, geográfico e etnográfico desses. Por exemplo, os documentos musicográficos podem conter a data tópica e cronológica, quando impressos ou manuscritos são materializados em um tipo de papel que, somado a grafia e tinta utilizada, revelam seu contexto de produção.

Sobre a autoria dos documentos musicográficos e a configuração destes como documentos arquivísticos, Cotta (2007, p. 244) afirma que eles

São produzidos por pessoas físicas em razão de suas atividades musicais ou de atividades musicais de um organismo de natureza jurídica ao que esse indivíduo se relaciona; são recebidos ou enviados para outros organismos – indivíduos ou instituições – também em função de atividades musicais; e possuem relação orgânica com o conjunto documental em que foi produzido ou acumulado.

A partir dessa reflexão reforça-se o entendimento de que os documentos musicográficos são provenientes das práticas musicais, e como qualquer outro gênero e tipo documental registram as atividades de seus produtores e requerem tratamento para garantir sua preservação e disseminação, e dependendo da relação orgânica da informação registrada nele e em demais documentos, poderá ser considerado documento arquivístico.

Ainda de acordo com Cotta (2007, p. 246) quanto ao valor primário e ao valor secundário dos documentos musicográficos, “[...] praticamente não há manuscritos musical que possa ser considerado sem valor histórico ou informativo, de maneira que, pela simples unicidade, quase todo manuscrito musical possui um valor permanente [...]”. A partir do pensamento do autor, reitera-se o entendimento de que o documento musicográfico registra informações que viabilizam sua execução através da performance de um instrumentista,

como também registra informações que revelam aspectos históricos e culturais de seus produtores.

Bolaños (2005, p. 95) compreende que “A documentação musical está viva na medida em que as notas escritas no pentagrama são interpretadas e divulgadas à comunidade. Se uma obra permanece fechada ou oculta o que é feito é silenciar essas notas e poderíamos considerar que a obra morre.” Com essa reflexão de Bolaños (2005) reforça-se a relevância dos profissionais da informação se dedicarem à compreensão dos aspectos inerentes ao tratamento da documentação musical, para assim, possibilitar que a obra seja acessada por musicólogos, arranjadores, instrumentistas, entre outros usuários, para que dela possa ser executada: uma performance pelo instrumentista; uma pesquisa pelo musicólogo; uma releitura pelo arranjador; e tantas outras ações que podem ser realizadas pelos usuários de informação musical.

4 ARRANJO METODOLÓGICO

A pesquisa se configura como descritiva e documental, posto que analisou documentos musicográficos com o propósito de apontar possibilidades de ramificações que esses documentos podem gerar. A pesquisa documental possibilita evidenciar fenômenos sociais, modo de viver de sujeitos produtores e suas práticas culturais. Para tanto, a análise do documento requer uma atenção para a atividade que o gerou e para o teor informacional que registra.

Para exemplificar o entendimento de que a criação musicográfica pode gerar outros documentos interligados em si por uma célula *mater*, foi escolhido a obra de autoria de Sebastian Bach, na Ária (2º movimento) da *Suíte no. 3 in D* para orquestra, utilizada no estudo de Sousa (2018). A escolha da referida obra se deu pelo fato dessa peça estar em domínio público e de fácil acesso. Contudo, entende-se que a compreensão proposta neste estudo pode ser aplicada em qualquer documento musicográfico que já teve alguma ramificação.

Como método de pesquisa, adotou-se o paradigma indiciário, que direcionou o levantamento de informações, por meio do qual se pôde identificar informações significativas para o alcance do objetivo proposto. Ginzburg (1986, p. 177) parte da hipótese de que “Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la [...]”, onde torna a pesquisa em um processo investigativo capaz de revelar aspectos informacionais que, perpassam a intenção que originou a produção da

informação e do documento. Na análise dos documentos foram considerados os títulos, autoria e temas melódicos presentes na célula *mater* e nas demais ramificações que carregam traços genéticos.

A análise dos dados foi realizada a partir da sequência de significados dos elementos que compõem o documento musicográfico, assim, foi dada atenção aos aspectos qualitativos dos indícios informacionais, com o intuito de propiciar significação aos elementos constituintes da composição musical e seus traços genéticos, que foram produzidos em dado contexto sociocultural e período histórico.

5 A CÉLULA *MATER* DA COMPOSIÇÃO MUSICAL E SEUS TRAÇOS GENÉTICOS

As práticas musicais geram informação e documentos, como por exemplo, composições, contratos, programas de concertos, figurinos, matérias de jornais, instrumentos musicais, discos, etc. Ao retomar a reflexão de Freire (2006) sobre informação, entende-se que nesse caso o ‘ambiente social’ é o contexto das práticas musicais; os ‘agentes’ são os músicos (instrumentistas, cantores, maestros) e o público (ouvintes, plateia, estudantes e pesquisadores); os ‘canais’ são todas as informações materializadas (tangíveis ou intangíveis) nos diferentes gêneros documentais provenientes das atividades musicais.

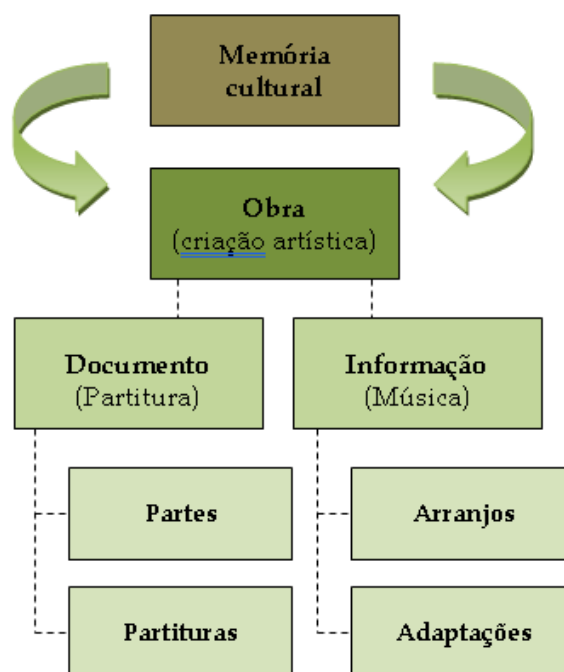
Conforme defende Merriam (1964) a música contribui para que o sujeito manifeste sua percepção de mundo, com isso, a música tem uma função social, cuja linguagem objetiva expressar as nuances do sentimento que rodeiam os sujeitos. Portanto, produz informações e documentos que transparecem o ambiente social dos produtores. Pode-se dizer que o músico que acumula os documentos de suas atividades, mesmo que seja de maneira despreziosa e desordenada, estrutura, de certa forma, uma fonte de pesquisa capaz de refletir as características de sua produção musical, que poderá delinear seus traços socioculturais.

A partir do entendimento de Merriam (1964) de que a música é elaborada socialmente e da compreensão de Dodebei (1997) de que o documento é selecionado de um ‘universo social’, defende-se que a produção da informação musical por ser contextualizada em um tempo histórico e cultural, ela é elaborada alinhada à memória cultural que compõe o ambiente do compositor.

O objetivo deste estudo foi evidenciar que a criação musicográfica pode gerar outros documentos interligados em si por uma célula *mater*, tanto na perspectiva da informação

quanto do documento, estando a produção entrelaçada ao contexto cultural do produtor. Entende-se que o registro da notação musical resulta na produção de um documento – por exemplo quando a criação artística é transposta em uma partitura. A esse respeito, quando o compositor expressa no papel sua criação - a composição musical - pela primeira vez, eis que surge uma célula *mater*, que poderá se multiplicar/subdividir, tanto na perspectiva do documento quanto da informação, e que sua produção se dá em um dado contexto cultural e memorialístico, conforme proposto por Sousa (2018) ilustrado na figura a seguir:

Figura 1: Criação musicográfica



Fonte: Sousa (2018)

Com base nesse esquema, pode-se afirmar que a criação da obra musical se dá dentro de um contexto social e que se configura um dispositivo de memória cultural, passível de revelar o tempo histórico, o espaço geográfico, as características culturais dos produtores etc. Na perspectiva do traço genético, a célula *mater* seria a criação intelectual e artística do compositor da música, que pode subdividir-se no âmbito do documento. Da partitura, surgem as partes, que são os escritos individuais dali extraídos para cada instrumento ou grupo de instrumentos. A partitura refere-se a música completa, seja para o maestro e/ou solista, enquanto que as partes constituem a escrita dividida para distintos instrumentos, a música em vozes separadas.

A partitura é produzida no que Freire (2006) define como *ambiente social* em que o processo dialógico ocorre e demanda uma necessidade de materializar o pensamento com

o propósito de compartilhar informação, que neste caso analisado é a notação musical. Esse pensamento se aproxima do que defende Dodebei (1997) ao afirmar que o documento é uma representação que testemunha uma ação cultural de dado 'universo social'. Com isso, entende-se que os temas melódicos, instrumentação, gênero, estilo, etc. irão contextualizar o espaço sociocultural de produção do documento musicográfico.

Quanto à informação musical, que resulta da criação da obra, poderão surgir arranjos, adaptações, edições, releituras da composição inicial, que irão seguir os traços da obra original, ou seja, sempre resguardando a ideia composicional do autor, ensejando um redimensionamento de uma informação (SOUSA, 2018). Nesse sentido, a célula *mater* pode desdobrar-se, incontáveis vezes, de acordo com a necessidade, a inspiração, a região, o grupo social, etc.



A percepção aqui apresentada de que a célula *mater* pode desdobrar-se inúmeras vezes, tanto na perspectiva do documento musicográfico quanto da notação musical/informação nele registrada, se aproxima tanto do entendimento de Pacheco (2016, p.73) de que “[...] as partituras possuem tipos e tamanhos diferenciados, características próprias e representam as diferentes manifestações das expressões de uma obra [...]” como da concepção de relação orgânica da informação, na perspectiva Arquivística. Contudo, este estudo centra-se no entendimento de Sousa (2018) que dá ênfase para a produção do documento musicográfico como produto da memória cultural.

Com o registro de uma composição em notação musical em uma partitura surge a obra, e dela, podem ser produzidas outras partituras, como arranjos, excertos, reduções e essas diferentes partituras fazem uso dos elementos citados por Copland (1974) como ritmo, melodia, harmonia, timbre etc., que de alguma forma apresentarão alinhamentos com a obra original como também revelarão o contexto sociocultural e histórico de produção.

Portanto, reitera-se a compreensão de que a música como fonte de informação, é produzida em dado contexto social e alinhada aos traços culturais dos produtores. Em vista disso, os temas melódicos, instrumentação, dinâmicas de performances descritas nos documentos musicográficos estão contextualizados dentro do tempo histórico e cultural da produção da obra. Quanto as ramificações que surgem, elas também podem revelar a atividade que as geraram, além de registrar informações sobre autoria de arranjos e/ou adaptadores, instrumentação, grafia adotada, data cronológica e/ou tópica etc.

A seguir, serão apresentados exemplos da célula *mater*, subdividida, na perspectiva da informação musical (**Figura 2**) e do documento (**Figura 3**), a partir da proposta de Sousa (2018).

Figura 2: Célula *mater* multiplicada pela perspectiva da informação

<p>Célula <i>mater</i></p> 	<p>Traço genético</p> 
---	---

Fonte: Sousa (2018)

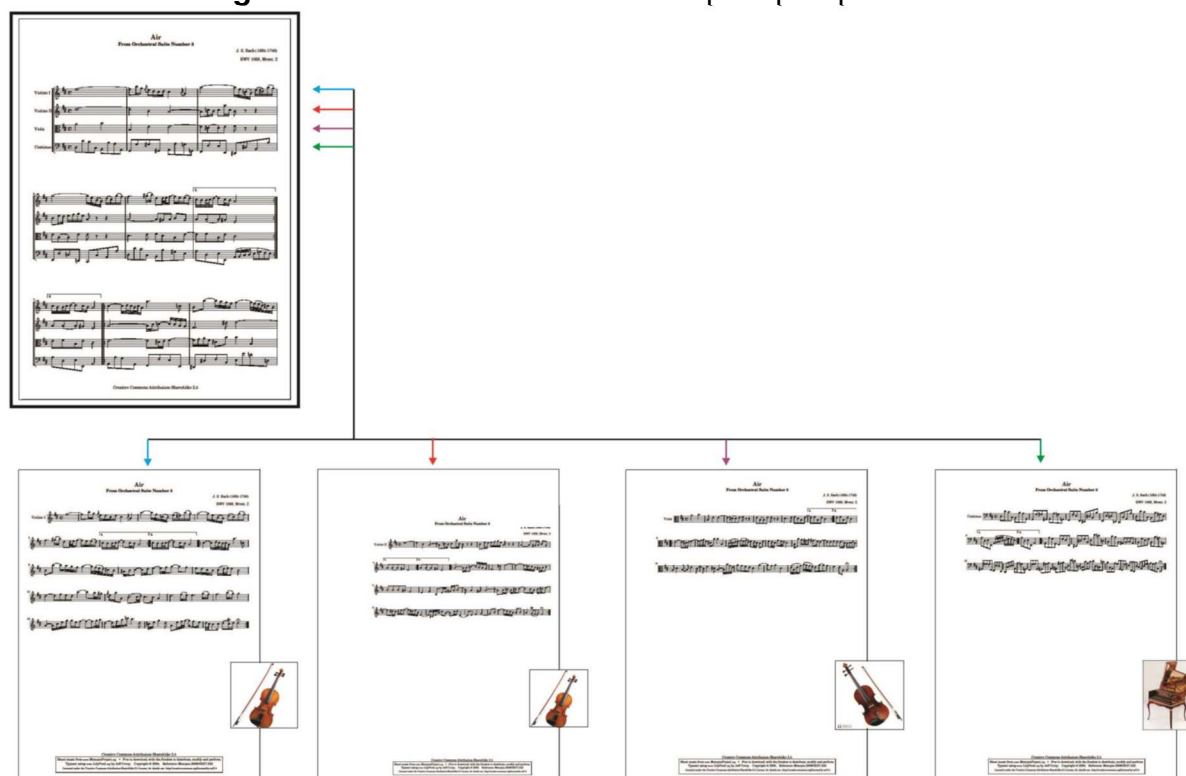
Nesse exemplo da **Figura 2**, a célula *mater* é a obra transcrita por Sebastian Bach, na Ária (2º movimento) da *Suíte no. 3 in D* para orquestra, que, apesar de estar transcrita em software digital, o registro informacional corresponde a sua primeira criação registrada pelo compositor em 1730. Já o traço genético da Ária de Bach é perceptível no arranjo que Ross Keenum elaborou para quarteto de trombones. Ou seja, a célula *mater* multiplicada pela perspectiva da informação, a partir do arranjo. É importante considerar que apesar do traço genético, cada versão será considerada única, pois como afirma Cotta (2007) pelo valor informativo e/ou histórico, o manuscrito musical possui unicidade, que pode levá-lo ao status de permanente, ao ser considerado um referencial de memória. Enquanto a versão original foi escrita para instrumentos de cordas, o arranjo de Ross Keenum foi escrito para metais, portanto, cada versão é considerada única.

Assmann (2011) defende que a memória cultural é protegida em fontes de informação que superam épocas. Com base nesse entendimento, ao considerar que Ária de Sebastian Bach - que nasceu em 1685 e faleceu em 1750 - é uma obra do período barroco e que dela surgiram e ainda podem ser produzidos inúmeros arranjos e adaptações, suas variadas ramificações estarão entrelaçadas a determinado contexto de

produção. E essas fontes de informação – neste caso, as partituras – podem ser considerados dispositivos de referenciamento de memória cultural de dado grupo social.

No exemplo da **Figura 3**, a célula *mater* foi subdividida pela perspectiva do documento, em que a partitura do 2º movimento da *Suíte no. 3 in D* de Sebastian Bach, na Ária, foi subdividida em quatro vozes, resultando em quatro partes.

Figura 3: Célula *mater* subdividida pela perspectiva do documento



Fonte: Sousa (2018)

Com base nesse esquema de Sousa (2018), um documento pode gerar outros interligados entre si por uma natureza genética, que pode ser entendida como a ideia primeira, da qual ocorrem suas adequações para cada instrumento/partitura, porém não perde a essência da primeira criação artística. Marteleto (1995) ao analisar a informação e sua materialização em uma perspectiva social e cultural, afirma ser preciso realizar uma leitura antropológica, que considere as estruturas materiais e simbólicas que a informação e seus dispositivos podem representar de determinado universo cultural. Com base nesse entendimento, compreende-se que os profissionais da informação ao realizarem o tratamento de documentos musicais devem considerar os aspectos que permearam a produção da célula *mater* e a existência de possíveis ramificações. Com isso, subsidiará o

processo de apropriação da informação, ao tratar a informação musical de maneira contextualizada, evidenciando os aspectos socioculturais de sua produção.

Sobre os elementos constituintes da composição musical, neste estudo entende-se que a substancialidade e materialidade da informação musical, no âmbito da produção musicográfica, são considerados indícios que propiciam o delineamento da memória cultural e constituição da identidade de indivíduos e/ou sujeitos produtores. Como defende Bolaños (2005) o documento musicográfico está vivo na medida em que as notas são interpretadas e disseminadas à sociedade, caso contrário a obra é silenciada. Portanto, a célula *mater* e suas ramificações favorecem que a ideia primeira do compositor tenha o alcance dos interpretes, musicólogos, profissionais da informação, entre outros pesquisadores e profissionais que se interessam pela informação musical.

6 CONSIDERAÇÕES

Esta pesquisa evidenciou que a composição quando transcrita com notação musical em um documento pode gerar outros interligados em si por uma célula *mater* da criação intelectual/artística. Foi apresentado que a produção musicográfica é contextualizada em espaço sociocultural e fundamentado em uma memória cultural.

Os resultados apontaram que a criação musicográfica quando registrada pela primeira vez, surge sua célula *mater*, que poderá se multiplicar e/ou subdividir, tanto na perspectiva do documento quanto da informação. A respeito da informação, da célula *mater* poderá surgir arranjos, edições, adaptações que são consideradas neste estudo como ramificações da composição original da obra. Quanto aos documentos, uma partitura pode subdividir em partes que apresentam trechos de instrumentos musicais específicos.

Deseja-se que a concepção de célula *mater* na criação musical possa colaborar com os estudos sobre os documentos musicográficos, como também para o tratamento, preservação e disseminação desse gênero documental que muito ainda tem a ser estudados pelos os profissionais da informação. Portanto, sugere-se mais pesquisas que possam contribuir com os fazeres arquivísticos e biblioteconômicos no âmbito dos acervos musicais.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

ASSUNÇÃO, Maria Clara Rabanal da Silva. Conservación, gestión y valoración del patrimonio musical regional. *In*: JORNADAS SOBRE PATRIMONIO BIBLIOGRAFICO EN

CASTILLA, 1., 2005, La Mancha. **Anais [...]**. Toledo: Consejería de Cultura de Castilla - La Mancha, 2005.

BOLAÑOS, Esteban Cabezas. La organización de Archivos Musicales marco conceptual. **Información, Cultura y Sociedad**, [S.l.], n. 13, 2005. Disponível em: <https://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/ICS/article/view/899>. Acesso em: 30 mar. 2022.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CAFÉ, Lígia; BARROS, Camila M. Abordagens metodológicas das pesquisas sobre organização da informação musical. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 304-323, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/100181>. Acesso em: 07 jan. 2023.

CASTAGNA, Paulo. Entre arquivos e coleções: desafios do estudo de conjuntos documentais musicográficos a partir de suas características intrínsecas. **Interfaces**, Rio de Janeiro, n.29, v. 2, p. 22-41, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/interfaces/article/view/31503>. Acesso em: 30 mar. 2022.

CAMPOS, Arthur Ferreira; OLIVEIRA, Henry Poncio Cruz de. Traçados teóricos sobre informação e pervasividade. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 448-46, 2020. Disponível em: <https://revistas.acbsc.org.br/racb/article/view/1697>. Acesso em: 30 mar. 2022.

COPLAND, Aaron. **Como ouvir e entender música**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

COTTA, André Guerra. O tratamento da informação em acervos de manuscritos musicais brasileiros. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, 2007. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/38222>. Acesso em: 30 mar. 2022.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. **O sentido e o significado de documento para Memória Social**. 1997. Tese. Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

FARIA, M. M. de. O tratamento documental dos arquivos musicais e a busca de práticas comuns no tratamento da música brasileira para orquestra. **Opus: Revista Eletrônica da ANPPOM**. Goiânia, v. 15, n. 1, p. 85-90, 2009. Disponível em: <https://www.anppom.com.br/revista/index.php/opus/article/view/267>. Acesso em: 30 mar. 2022.

FREIRE, Gustavo Henrique. Ciência da Informação: temática, histórias e fundamentos. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.1, n 2., p.6-19, 2006. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/442>. Acesso em: 30 mar. 2022.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.



GOMES, Amanda. A atuação profissional em arquivos musicais: algumas considerações. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p.1-13, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/17021>. Acesso em: 30 mar. 2022.

KERMAN, Joseph. **Opus 86 - Musicologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, p. 1-8, 1995. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/613/615>. Acesso em: 06 jan. 2023.

MERRIAM, Alan P. **The Antropology of Music**. Evanston: Northwestern University Press, 1964.

PACHECO, Kátia Lúcia. **Manifestações de obras musicais: o uso do título uniforme**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

PACHECO, Kátia Lúcia. **Obra e instâncias na organização da informação musical: estudo da adequação do modelo conceitual**. 2016. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016.

PACHECO, Kátia Lúcia; ALVARENGA, Lídia. Manifestações de obras musicais: o uso do título uniforme. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 13., Rio de Janeiro, 2012. **Anais [...]**, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/175166>. Acesso em: 06 jan. 2023.

SANTINI, Rose Marie; SOUZA, Rosali Fernandez de. Recuperação da informação de música e a Ciência da Informação: tendências e desafios de pesquisa. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 8., Salvador, 2007. **Anais [...]**. Salvador, 2007. Disponível em: www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT2--143.pdf. Acesso em: 30 mar. 2022.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; GOMES, Henriette Ferreira. Conceitos de informação na Ciência da Informação: percepções analíticas, proposições e categorizações. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.25, n.1, p. 145-157, 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/95387>. Acesso em: 30 mar. 2022.

SMIRAGLIA, Richard P. **Works as entities for information retrieval**. New York: The Haworth Press, 2002.

SOUZA, Ana Claudia Medeiros de. **Nos acordes do Quinteto da Paraíba: memórias e escritos de um acervo**. 2018. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2018.

SOTUYO BLANCO, Pablo. Documentação musical e musicográfica: em prol de uma terminologia necessária. *In: SOTUYO BLANCO, Pablo; SIQUEIRA; Marcelo Nogueira de;*

VIEIRA, Thiago de Oliveira (org.). **Ampliando a discussão em torno de documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais**. Salvador: Edufba, 2016.

STONE, Ruth M. **Theory for Ethnomusicology**. New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2008.

NOTAS

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: A. C. M de Sousa; B. M. J. F. de Oliveira

Coleta de dados: A. C. M de Sousa

Análise de dados: A. C. M de Sousa

Discussão dos resultados: A. C. M de Sousa; B. M. J. F. de Oliveira

Revisão e aprovação: A. C. M de Sousa; B. M. J. F. de Oliveira

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Encontros Bibli** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Edgar Bisset Alvarez, Ana Clara Cândido, Patrícia Neubert, Genilson Geraldo, Mayara Madeira Trevisol, Jônatas Edison da Silva, Camila Letícia Melo Furtado e Beatriz Tarré Alonso.

HISTÓRICO

Recebido em: 01-04-2022 – Aprovado em: 21-03-2023 - Publicado em: 10-04-2023.

